



LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM MODELO PARA O ESTUDO DA ESCRAVIDÃO NO MEDITERRÂNEO ANTIGO

Limits and Possibilities of a Model for The Study of Slavery in The Ancient
Mediterranean

Fábio Duarte Joly ^a

 <https://orcid.org/0000-0001-6549-3094>
E-mail: fabio.joly@ufop.edu.br

José Ernesto Moura Knust ^b

 <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>
E-mail: zeknust@gmail.com

^a Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de História, MG, Brasil.

^b Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé, Macaé, RJ, Brasil.

DEBATE
ESCRAVIDÃO ANTIGA E HISTÓRIA GLOBAL
ANCIENT SLAVERY, AND GLOBAL HISTORY

RESUMO

O objetivo deste artigo é responder aos comentários que os e as colegas generosamente fizeram ao texto intitulado “Escravidão antiga em perspectiva mediterrânea: uma proposta de abordagem global”. Organizamos nossa resposta em torno de quatro temas para os quais consideramos que muitas das considerações feitas pelos colegas convergiam: 1) a validade de reflexões teóricas e construção de modelos históricos de grande abrangência; 2) a relação entre modelos globais e a agência dos sujeitos históricos e suas trajetórias de vida; 3) nossa relação com a contribuição de Moses Finley, particularmente com o conceito de “sociedade escravista”; 4) os recortes cronológicos e a questão das temporalidades da escravidão mediterrânea antiga.

PALAVRAS-CHAVES

Escravidão antiga. Império Romano. Mediterrâneo.

ABSTRACT

The aim of this article is to respond to the comments that our colleagues generously made to the text entitled “Ancient Slavery from a Mediterranean Perspective: A Proposal for a Global Approach”. This response is organized around four themes on which we believe that many of the considerations made by our colleagues converge: 1) the validity of theoretical reflections and the construction of wide-ranging historical models; 2) the relationship between global models and the agency of historical subjects and their life trajectories; 3) our relationship with Moses Finley's work, particularly his concept of “slave society”; 4) chronological divisions and the question of the temporalities of ancient Mediterranean slavery.

KEYWORDS

Ancient slavery. Roman Empire. Mediterranean.

Agradecemos a cada um dos colegas comentadores por suas generosas considerações, críticas, questionamentos e desenvolvimentos às ideias que apresentamos. Ficamos felizes com a oportunidade ímpar que este modelo de publicação nos dá para repensar, reelaborar, esclarecer e corrigir aspectos das ideias apresentadas no texto que iniciou esse diálogo. Nossa pretensão neste texto não é puramente defender esse modelo de eventuais críticas apresentadas pelos comentadores, mas dialogar com essas questões a fim de pensarmos juntos esclarecimentos, ajustes e correções naquilo proposto por nós no texto inicial – além de tratar de algumas novas possibilidades que não estão ali, mas que foram abertas pelos comentaristas. Redigir esta resposta foi para nós um momento particularmente enriquecedor, e esperamos que a leitura deste texto também o seja para os colegas e para o público leitor em geral.

Uma resposta exaustiva a cada um dos comentários seria demasiadamente longa. Tentamos, então, organizar os principais temas para os quais as contribuições dos colegas convergiram para tentar dar conta do máximo de questões possíveis. Identificamos quatro temas centrais: 1) a validade de reflexões teóricas e construção de modelos históricos de grande abrangência; 2) a relação entre modelos globais e a agência dos sujeitos históricos e suas trajetórias de vida; 3) nossa relação com a contribuição de Moses Finley, particularmente com o conceito de “sociedade escravista”; 4) os recortes cronológicos e a questão das temporalidades da escravidão mediterrânea antiga. Abordando estas quatro questões esperamos conseguir tratar também de alguns outros pontos mais específicos que nos pareceram particularmente instigantes. Inevitavelmente, porém, não conseguiremos dar conta de muitas outras questões relevantes apresentadas pelos colegas.

TEORIA E EMPIRIA, CONCEITOS E MODELOS

Em nosso artigo propusemos a construção de um modelo que lida com grandes recortes cronológicos e espaciais. Alguns dos comentários apontam justamente limites e problemas ensejados por esse tipo de modelo, tema pela qual gostaríamos de iniciar este diálogo. Em primeiro lugar, em termos teórico-metodológicos bem gerais, nos parece fundamental pontuar que não acreditamos em uma dicotomia tão rígida entre abordagens “de cima para baixo” e “de baixo para cima”, como definido por Ulrike Roth. Em seu comentário, ela critica nossa abordagem pelo que define como “um desejo de teorizar que vai além (ou melhor, que vem antes) da própria pesquisa”. Ela apresenta uma oposição entre o uso de modelos e teorias predefinidos (que ela condena, dado que nos levaria ao erro de escolher apenas fontes que validam o modelo previamente estabelecido) e a construção de modelos apenas a partir de análises empíricas específicas (que ela entende como procedimento correto). Concordamos com Roth quanto aos riscos de *cherry-picking* quando se lida com modelos (de qualquer tipo, não apenas os de escala global, acrescentaríamos), mas isso não resume toda a questão. Não existe trabalho empírico antes da teoria, porque sempre existem conceitos, metanarrativas, metodologias e formas que orientam a escolha e análise das fontes, por mais circunscritas que elas pareçam. Marc Bloch explica que não se trata de uma questão de escolhas ou preferências sobre agir assim, mas sobre como a historiografia realmente é feita *na prática*:

Muitas pessoas e mesmo, parece, certos autores de manuais fazem uma imagem surpreendentemente cínica da marcha de nosso trabalho. No princípio, diriam de bom grado, eram os documentos. O historiador os reúne, lê, empenha-se em avaliar sua autenticidade e veracidade. Depois do que, e somente depois, os põe para funcionar... Uma infelicidade apenas:



nenhum historiador, jamais, procedeu assim. Mesmo quando, eventualmente, imagina fazê-lo.

Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. [...] toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção. No princípio, é o espírito. Nunca [em nenhuma ciência,] a observação passiva gerou algo de fecundo. Supondo, aliás, que ela seja possível.

Com efeito, não nos deixemos enganar. Acontece, sem dúvida, de o questionário permanecer puramente intuitivo. Entretanto ele está ali (Bloch, 2002, p. 78-79).

Esse “questionário”, sem o qual não se escreve História, mobiliza uma série de pressupostos que se desdobram em conceitos e metanarrativas. História se escreve com palavras, e palavras fazem sentido porque são compreendidas pela audiência como conceitos. O próprio Finley argumentava o quanto essas palavras-conceitos lidam com a construção de generalizações que determinam de partida qualquer trabalho historiográfico (Finley, 1975). Mais do que evitar conceitos previamente estabelecidos, o que é impossível de ser feito, a historiografia precisa compreender quais são seus pontos de partida, tendo consciência de seus limites e problemas e estando alerta para os necessários ajustes, correções e reformulações de tal repertório conceitual.

Como argumentava o próprio Finley (1986), mais uma vez, a formulação de modelos é especialmente útil nesse tipo de escrutínio, porque são ferramentas poderosas em explicitar aquilo que *a priori* aparece implícito nas análises. Como nota Neville Morley (2004, p. 23), “os modelos são ferramentas, não fins em si mesmos; se não conseguem explicar as evidências de forma persuasiva, se parecem basear-se em suposições duvidosas ou, mais importante, se não conseguem sugerir novas formas interessantes de pensar sobre o passado, então precisam de ser substituídos”. Uma das formas de conceber um modelo é, ainda nas palavras de Morley, como um “*template* para compreensão de processos sociais e econômicos complexos” (Morley, 2004, p. 23). Esta é a intenção de nosso texto: propor um modelo a partir da crítica de alguns pontos de partida que têm sido constituintes do campo ao mesmo tempo em que se busca explicitar novos pontos de partida que acreditamos serem potentes para certos tipos de análise sobre a escravidão antiga.

O ofício historiográfico precisa ter em seu cerne, sem sombra de dúvidas, a análise empírica da realidade histórica concreta da qual estes vestígios do passado nos permitem ter algum vislumbre. A questão posta aqui é que essa análise empírica mobiliza por sua vez uma série de pressupostos teórico-metodológicos que precisam estar em escrutínio tanto quanto as fontes históricas em análise. Sem dúvidas, análises empíricas específicas sempre terão muito a contribuir para esse escrutínio em si. Contudo, acreditamos fortemente que textos que se dedicam a uma reflexão teórica sobre esses conceitos, categorias e metanarrativas também têm sua importância. Existe uma longa tradição desse tipo de texto teórico na historiografia em geral, assim como no campo da Escravidão Antiga. O primeiro capítulo de *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (Finley, 1991) é um estudo justamente de como pressupostos historicamente específicos moldaram as abordagens sobre o tema desde o século XVIII, e os capítulos restantes do livro baseiam-se em discussões teóricas sobre o conceito de escravidão e sociedade escravista como ponto de partida para uma análise das sociedades antigas a partir dos vestígios disponíveis e da historiografia da época. Como apontamos no texto que inaugura esse debate, os últimos quinze anos têm sido prolíficos em textos debatendo as questões conceituais que estruturam o estudo da escravidão antiga, e boa parte do nosso texto é uma busca pelo diálogo com essas contribuições, a partir das quais fazemos uma nova proposição.

A construção de um modelo a partir de uma reflexão teórica não implica que esta proposição seja produzida *a novo* a partir apenas de reflexões teóricas. Formulações teóricas como a proposta em nosso texto só podem existir diante da diversidade de trabalhos tão bem estabelecidos sobre o tema, que permitiu tal acúmulo de conhecimento no campo de estudo da escravidão antiga. Isto é, nossa formulação não parte de uma teoria abstrata, mas justamente de um acúmulo de estudos e pesquisas que buscamos mobilizar nesta construção, sem os quais nunca teríamos sido capazes de chegar perto das ideias que estamos propondo.

Além disso, esse (e qualquer) modelo não deve ser tomado como uma camisa de força para *a posteriori* inserir as fontes disponíveis. Pelo contrário, ele deve ser tomado como *ponto de partida* para novas análises, tanto empíricas como teóricas, que certamente não se encerrão dentro dos limites estabelecidos por tal ponto de partida. Além disso, trabalhos realizados a partir de outros pontos de partida também serviram e servirão para colocar os elementos deste modelo em análise. Portanto, não pretendemos que esta contribuição teórica deva ser feita às expensas do trabalho empírico acumulado de vários pesquisadores que usam metodologias diversas e recortes geográficos, temporais e documentais diferentes; muito pelo contrário, pretendemos que ela seja parte de um diálogo com estes.

Nos permitam colocar isso em termos de pudim, para tomarmos o famoso dito recuperado por Roth em seu comentário. Percebendo algumas questões presentes nos muitos pudins comidos até aqui, nos questionamos se não valeria a pena mexer em aspectos importantes da receita. Um esboço de possível nova receita foi apresentado e é muito natural e proveitoso que confeiteiros habilidosos pontuem problemas e estranhamentos que esta receita lhes causou. A prova do pudim certamente estará em comê-lo quando ele finalmente for feito, mas discutir a receita nos parece bastante útil, já que todo pudim é feito com uma receita – seja escrita previamente, seja memorizada ou improvisada por um confeiteiro experiente.

ESTRUTURAS E AGÊNCIAS, GLOBAL E LOCAL

Esclarecida esta questão teórico-metodológica mais geral, podemos passar para um elemento mais nevrálgico sobre os possíveis méritos e limites do tipo específico de modelo que estamos propondo. Vários comentaristas demonstraram certo receio que um modelo que lida com recortes temporais e cronológicos tão vastos perca de vista a agência e a experiência dos sujeitos históricos, em particular dos próprios escravizados. Roth, por exemplo, chama a atenção para a total ausência de menções a qualquer pessoa escravizada ou escravizadora em nosso texto. Chegamos, assim, a uma questão central da produção do conhecimento histórico, a relação entre “estruturas” e “agências” históricas – que se desdobra indiretamente em questões sobre o global e o local e sobre o geral e o específico.

É interessante que Marcelo Ferraro, tratando do campo da escravidão atlântica em seu comentário, destaque que “após décadas de avanço da história social e da micro-história da escravidão, os eventos que marcaram o início do século XXI convenceram uma nova geração de historiadores a voltarem os olhos para dimensões estruturais do cativeiro e a privilegiarem recortes espaciais e temporais mais ambiciosos”. Entre os anos de 1980 e 2000 a rica historiografia brasileira dedicada à história da escravidão em nosso país produziu grandes análises sobre a história social da escravidão, inspiradas na História Social inglesa (em particular a obra de E. P. Thompson), na História das Mentalidades francesa, na Nova História Cultural norte-americana e na Micro-História italiana. Muito

dessa historiografia brasileira tinha a intenção explícita de combater uma visão demasiadamente estruturalista que emanava de uma produção aos seus olhos demasiadamente teórica oriunda de círculos marxistas (e.g. Chalhoub, 1990) – uma formulação que ressoa na crítica que Roth faz à nossa proposta.

Em um balanço sobre a historiografia da escravidão atlântica, Rafael Marquese explica justamente que, nesse período, a historiografia brasileira dedicada à escravidão abandonou:

Perspectivas de análise abrangentes, fundado no argumento de que, sendo demasiado “estruturalistas”, olvidariam a capacidade volitiva do sujeito histórico subalterno, isto é, sua capacidade de moldar por conta própria seu destino. [...] A resposta prioritária da historiografia brasileira consistiu em mergulhar no exame denso dos sujeitos escravizados e de sua visão de mundo, construções culturais, estratégias familiares e padrões de resistência em estudos bastante circunscritos no tempo e no espaço. [...] No meio desse caminho, a compreensão da escravidão como uma relação social total, como um sistema histórico, acabou por ser abandonada, e o nacionalismo metodológico voltou a reinar (Marquese, 2019, p. 22-23).

Marquese e Ferraro fazem parte de um movimento na historiografia brasileira que consideramos extremamente importante e no qual buscamos inspiração. Sem negar a importância que essa História Social da escravidão teve para o estudo da escravidão atlântica nas últimas décadas do século XX, eles buscam romper as fronteiras restritas às quais estas análises acabaram por se encapsular para buscar uma história mais abrangente e integrada da escravidão enquanto sistema histórico. Nas palavras de Marquese (2019, p. 31):

Ao invés de serem tratadas como externas e independentes umas das outras, as regiões escravistas submetidas à observação devem ser compreendidas como momentos particulares de um mesmo processo histórico de longa duração, ou seja, de uma mesma estrutura histórica que as forma e é por elas formada. Prestando-se atenção às múltiplas mediações entre a economia e a política mundial e às condições locais (nas quais sobressalta a agência dos sujeitos históricos), tornar-se-á viável examinar como regiões apartadas espacialmente se condicionaram mutuamente ao longo do tempo.

A realidade escravista do mundo antigo é bem diferente daquela do Atlântico moderno, inserida no contexto do colonialismo e do capitalismo, mas essa perspectiva global nos parece interessante para superar outros tipos de problemas, próprios do campo da História Antiga. Em particular, como apontamos em nosso texto, o estudo da escravidão antiga está amarrado dentro de fronteiras impostas por uma morfologia tradicional da História Antiga que gera seus próprios problemas. Nossa proposta tem por objetivo justamente pensar novas formas para a História da escravidão antiga, especificamente propondo um modelo sobre a emergência histórica de um sistema escravista mediterrânico antigo.

É inquestionável que uma potente historiografia sobre a realidade escravista do mundo antigo se construiu dentro da morfologia tradicional – da mesma forma que a história social da escravidão brasileira produziu algumas das melhores obras de toda a historiografia brasileira mesmo presa às balizas do nacionalismo metodológico. Mesmo as nossas produções prévias no campo da história da escravidão romana se construíram nessas balizas, e gostaríamos de acreditar que elas também têm seus méritos.

A construção de um modelo que seja instrumento para a construção de uma nova morfologia da escravidão antiga não tem a pretensão de fazer tábula rasa do campo nem de negar a importância do estudo da agência de sujeitos históricos específicos em escalas mais restritas. Retomando Marquese (por sua vez inspirado em Jean-Paul Sartre), é necessário “um permanente “vaivém” entre o geral e o particular, entre o concreto e o abstrato, entre a estrutura e o evento, entre os fluxos gerais da história e a esfera da biografia, tomada como produtora e produto de seu tempo” (Marquese, 2019, p. 31).¹ Como mostra Barbara Weinstein (2003), mesmo os mais delimitados e específicos estudos da Nova História Cultural tinham como pano de fundo de suas teses explicativas uma grande narrativa sobre processos históricos que iam além geográfica e cronologicamente do estudo empírico em questão. O mesmo pode ser dito sobre os estudos de História social da escravidão nas Américas, que têm, portanto, muito a ganhar com o diálogo com um campo que seja capaz de produzir uma análise crítica das grandes narrativas tradicionais com as quais essas análises mais circunscritas dialogaram até então. Propomos que o mesmo diálogo seja feito no estudo da escravidão antiga e apresentamos uma proposta inicial de modelo para isso.

Uma forma particularmente promissora de se pensar sobre como esse jogo de escalas funciona é sugerida no comentário de David Lewis, quando ele cita a obra de Carlo Ginzburg. Como Lewis afirma, o interesse da micro-história não está no específico por si, mas enquanto análise microscópica que permita ver aspectos de processos históricos mais vastos que são invisíveis em outras escalas. Nesse sentido, o local para a micro-história não é entendido como o oposto do global, a escala em que se vislumbra a pura e simples diversidade com o intuito de refutar a existência de processos históricos mais abrangentes. O local da micro-história é a realização concreta da história, das agências e experiências dos agentes, mas também da materialização concreta daquilo que costumamos chamar de estruturas, que nada mais são do que esses processos históricos abrangentes que delimitam os horizontes de possibilidades dos agentes e sobre os quais eles precisam navegar, muitas vezes com recursos e informações muito limitados. Enquanto metodologia da História, portanto, a micro-história demanda necessariamente uma história que não seja micro, com a qual ela dialogará colocando suas questões sob escrutínio (Grendi, 1977; Ginzburg, 2007, p. 269; Levi, 2000, p. 33-35; e Burnard, 2023, p. 5-6, para seu emprego na construção de histórias globais da escravidão).

Nosso modelo pretende, então, ser uma proposta de reformulação dos grandes enquadramentos com os quais análises mais locais e específicas travarão este diálogo. Não estamos propondo a substituição de abordagens locais, micro e voltadas para os sujeitos, por abordagens globais, macro e voltadas para as estruturas. Ambas as abordagens já existem e precisam continuar existindo. Estamos propondo uma nova forma de enquadrar o segundo tipo de abordagem, o que nos parece frutífero não só para quem pretende lidar com essas escalas, mas também para quem se interessa por abordagens mais específicas, pois terão novos pontos para diálogo e desenvolvimento de novas perspectivas para seus objetos de análise.

Tudo isso não torna irrelevantes os comentários sobre a necessidade de não perdermos a experiência humana de vista em um modelo tão abrangente. Jane Webster, com a sensibilidade que a escrita da história demanda, afirma que “cada pessoa escravizada era exatamente isso: uma pessoa, com uma biografia única”. Devemos ter cuidado para nunca perder de vista esta dimensão. Quando tratamos de uma escala tão

¹ Um belo exemplo de abordagem nesse sentido é o livro de Emilia Viotti da Costa sobre a rebelião dos escravos em Demerara em 1823 (Costa, 1994).

ambiciosa, existem três formas de manter a história ao rés-do-chão, para usar o termo de Giovanni Levi (2000, p. 25).

A primeira possibilidade está no próprio diálogo entre geral e específico, global e local, estrutura e agência. A famosa formulação do *18 Brumário* de Marx diz que “os homens fazem a sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita” (Marx, 2011, p. 25). Sendo assim, análises de larga escala servem para nos ajudar a dar conta de quais são essas “circunstâncias” sob as quais a história é feita, produzindo ferramentas que permitam entender a realidade concreta específica da vida que pessoas se viram inescapavelmente atadas a viver. Um modelo global será tão bom o quanto ele for capaz de municiar estudos concretos específicos com repertórios conceituais e informações sobre processos históricos globais que ajudem nestas análises.

O segundo caminho consiste em tornar o próprio modelo mais permeável à questão da agência e da experiência dos subalternos. Modelos globais não precisam nem devem dar o monopólio da agência histórica às classes dominantes nem às estruturas de poder de determinada sociedade, reificando-as como sujeitos históricos em si. Talvez alguns de nossos exemplos sobre como instituições do Império Romano foram importantes elementos de integração do sistema escravista mediterrâneo podem ter feito o modelo adernar na direção de uma visão elitista e estruturalista do movimento histórico, mas não é esta nossa intenção. Temos total acordo com Carlos García MacGaw quando ele destaca que a resistência e a ação dos escravizados também devem ser reconhecidas como fatores da mudança histórica.

Em um texto já relativamente datado em aspectos importantes, Joseph Vogt faz uma proposição bastante instigante sobre as conexões mediterrânicas das revoltas escravas e “movimentos de massa” que ocorrem no final do século II a.C., mesmo que eles tivessem motivações locais sempre específicas (Vogt, 1975, p. 83-92). Em alguma medida, essas revoltas podem ser compreendidas como sintomas de uma reorganização das dinâmicas do sistema escravista mediterrâneo, possivelmente ligada à emergência de uma nova temporalidade deste sistema. Contudo, mais do que consequência ou sintoma, as revoltas precisam ser entendidas também como um fator em si na formação e transformação dos elementos do sistema escravista mediterrâneo.

Além disso, é preciso incorporar as dinâmicas próprias da vida dos subalternos dentro dos elementos do modelo de maneira mais abrangente. Norberto Guarinello chama a atenção para a incapacidade do nosso modelo capturar a dinâmica das “trajetórias escravas”, conceito que ele mobiliza para dar conta da fluidez, mobilidade e “zonas de indeterminação” entre escravidão e liberdade que marcavam a condição da vida dos escravizados e libertos. De fato, há uma lacuna importante a ser elaborada em nosso modelo para dar conta desse aspecto. Seria interessante incorporar ao modelo questões ligadas ao impacto social e demográfico dos escravizados e dos libertos e como eles são produto da própria dinâmica da trajetória de vida escrava, por exemplo.

Por fim, um terceiro caminho para não perder de vista a agência e a experiência dos personagens históricos enquanto se lida com modelos globais é dar conta de que as redes de conexão e integração vislumbradas por esses modelos são, em si, construídas pela circulação de pessoas. Já há alguns anos que um campo de interseção entre História Global e Micro-história tem se desenvolvido a partir da noção de “vidas globais” (Trivellato, 2011) e certamente existe um terreno fértil para essa abordagem na história do sistema escravista mediterrâneo. Em seu comentário, Airan Oliveira Borges mapeia a partir do registro epigráfico as redes comerciais através das quais atuam a família dos Heios como um exemplo para pensarmos justamente a “necessidade de identificar os espaços que

integram as cadeias mercantis, tecer as redes de sociabilidade e mapear a circulação dos agentes envolvidos a partir de suas respectivas trajetórias".

Regina, a liberta citada por Webster e que conhecemos a partir de um monumento funerário erigido por seu marido nas proximidades do forte de Arbeia no norte da província romana da Bretanha, pode ser um exemplo bastante interessante para tudo isso. Não sabemos como Regina foi escravizada, e isso pode ter acontecido, como Webster chama à atenção, dentro de dinâmicas locais de escravização, anteriores à presença romana e que podem não ter se alterado com a chegada dos invasores. Webster também destaca que um aspecto de permanência de elementos locais na trajetória da vida de Regina pode ser depreendido da maneira como sua tumba constrói de maneira cuidadosa uma memória de suas origens étnicas através de sua representação com roupas tipicamente britânicas. De alguma maneira, contudo, Regina acabou nas mãos de um escravizador sírio que estava na província da Bretanha graças à presença das legiões romanas ali (seja como soldado, seja como um civil vivendo de serviços e comércio para os soldados). Esse mesmo sírio alforriou Regina em algum momento, casou-se com ela e, quando de sua morte, investiu recursos significativos para lhe garantir um monumento funerário com importante influência dos modelos artísticos da cidade síria de Palmira (Carroll, 2012, p. 283-288).

Em que proporção cada um desses eventos se desenrolou através de modos e práticas locais e provinciais ou de modelos que transbordam os limites do local, trazidos à Bretanha sobretudo pela sua conquista pelo Império Romano, é difícil precisar e permanecerá como campo para debates. É indisputável, contudo, que cada um desses eventos que ocorreram na vida de uma ex-escrava nascida no sul da Bretanha e de um imigrante sírio vivendo nas proximidades de um forte romano na fronteira norte do Império só ocorreram por conta da existência de processos históricos que vão muito além da vida local desses dois personagens. Mesmo a sua simples presença em Arbeia só pode ser compreendida nos quadros da existência de dinâmicas históricas que vão além de Arbeia e da província da Bretanha e criam redes específicas de circulação de pessoas, ideias e bens pelas quais esses personagens traçaram suas vidas. Isso não significa que cada um desses episódios (escravização, manumissão, casamento, sepultamento) ocorreu de maneira similar ao modo como essas coisas ocorriam em outras regiões do Império. A província da Bretanha tinha uma dinâmica de presença romana muito específica e que certamente se materializava em dinâmicas sociais muito próprias. Contudo, essas formas próprias não são a expressão de uma vida local apartada de um mundo integrado, mas a expressão local de dinâmicas conectadas de maneiras específicas a sistemas supralocais.

Para esta inserção da agência, da experiência e da trajetória dos sujeitos históricos subalternos no escopo de um modelo global como o que propusemos, são especialmente importantes as possibilidades abertas por grandes projetos na área de humanidades digitais que se debruçam sobre a coleta e organização de fontes literárias, epigráficas, papirológicas e arqueológicas da Antiguidade para a criação de bancos de dados de acesso aberto, como é o caso do projeto SLaVEgents: *Enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE - 300 CE*, coordenado por Kostas Vlassopoulos. Esse tipo de iniciativa nos ajudará a estudar vidas locais afetadas por dinâmicas globais assim como vidas globais de sujeitos escravizados.

Há muito a ser desenvolvido nesse sentido tanto em trabalhos empíricos específicos quanto na produção de reflexões teóricas, conceituais e de modelos que nos ajudem a dar conta dessas histórias.

RETOMANDO FINLEY EM UM NOVO QUADRO TEÓRICO

Outra questão importante que aparece nos debates propostos pelos comentaristas é o quanto nosso modelo é, ou não, um libelo anti-Finley em essência. É compreensível que se depreenda isso do primeiro parágrafo do texto, quando criticamos tentativas recentes de renovação no campo por terem tido dificuldades em superar a categoria de “sociedade escravista”, central para aquilo que se pode chamar de uma ortodoxia finleyniana nos estudos sobre escravidão antiga. Contudo, a relação do nosso modelo com a obra de Finley é mais nuançada que isso – e explicar o que pensamos sobre isso pode ser bastante importante para esclarecer e aperfeiçoar aspectos centrais da nossa proposta.

No texto nos apoiamos na formulação de Marquese (2024), que divide as abordagens teóricas no tocante à História da Escravidão em dois grandes grupos, um dos quais ele chama de estrutural-nomotético e elenca Finley e Orlando Patterson como os grandes formuladores, e outro que ele nomeia histórico-ideográfico, para o qual aponta Joseph C. Miller e Kostas Vlassopoulos como exemplos centrais. Miller (2012) foi um autor fundamental no contraponto à ideia de “escravidão genuína”, apontando a diversidade histórica das formas de escravização. Em certa medida, nos filiamos a essa abordagem ao reconhecer a diversidade de formas de escravização possíveis no mundo mediterrâneo sem distinguir se algumas seriam formas genuínas de escravidão enquanto outras seriam formas diversas de trabalho compulsório. Seguimos Vlassopoulos (2021, p. 179) de perto aqui, quando ele observa que “a distinção entre sociedades escravistas e sociedades com escravos não consegue explicar as principais diferenças entre as sociedades escravistas, bem como a existência de linhas de falha que unem certas sociedades escravistas e sociedades com escravos, e as opõem a outras sociedades escravistas”.

Essa não é, contudo, a marca central do que estamos propondo nesse texto. Mais do que uma nova contribuição milleriana à história da escravidão antiga, o que nossa proposta tenta fazer é pôr as duas perspectivas em diálogo. Seguimos os passos de Marquese (2024), que se utiliza das temporalidades da História, recorrendo às reflexões teóricas sobre o tempo de Fernand Braudel e Reinhart Koselleck, como chave para tal diálogo. Dentro deste enquadramento, tentamos entender como elementos elaborados pelas teorias da escravidão desenvolvidas por Finley e por Patterson (que por mais que sejam diferentes, em um quadro amplo da teoria da escravidão são mais convergentes entre si do que divergentes) revelam questões importantes para compreender a dinâmica histórica da escravidão no Mediterrâneo antigo.

Por isso muito nos agrada o fato de Jane Webster ter chamado a atenção em seu comentário para o quanto nosso modelo lhe parecia não tão distante assim daquele proposto por Finley. A obra de Miller e a noção de diversidade histórica das formas de escravização é, em sua origem, uma crítica direta a forma de se elaborar teoricamente a história da escravidão da qual Finley foi um dos mais importantes formuladores. Ainda que nosso modelo tenha como ponto de partida essa noção de diversidade, acreditamos, contudo, que as ideias de Finley (assim como de Patterson) podem nos ajudar a enquadrar teoricamente e a compreender aspectos importantes da história da escravidão na longa duração. Assim, mais do que uma crítica a Finley, o que buscamos apresentar foi um modelo que, partindo de uma abordagem crítica ao campo teórico de Finley, busca dialogar com sua obra para revelar aspectos teóricos úteis para uma história da escravidão antiga. Não deixa de ser, ao fim e ao cabo, uma proposta de recuperação de ideias de Finley dentro de um campo que lhe é crítico.

Nessa busca pelo diálogo com a elaboração teórica de Finley, destacamos a importância de algumas ideias, como de “escravo-mercadoria”, mas tratamos de maneira muito crítica o conceito de “sociedade escravista”. David Lewis faz uma provocação bastante interessante ao comentar esta crítica: não estaríamos criticando um martelo por

não serrar tábuas muito bem? Isto é, “sociedade escravista” não seria um conceito útil para alguns usos diferentes daqueles para os quais serviria o modelo por nós proposto? Sendo assim, não deveríamos resguardar os dois conceitos ao invés de propor a substituição de um pelo outro? A provocação é muito pertinente e vale uma reelaboração sobre o que pensamos sobre o conceito de sociedade escravista. Mas para chegar nisso, é importante esclarecer antes o que queremos com o nosso modelo, para, a partir daí, em diálogo com o que foi proposto nos comentários, pensarmos o lugar que enxergamos para o conceito de sociedade escravista e a relação entre a nossa proposta e outros caminhos possíveis no estudo da escravidão antiga.

Devolveríamos a provocação de Lewis, primeiro, afirmando que o martelo foi usado em algum momento para serrar tábuas importantes da historiografia da escravidão antiga. A história narrada por Finley nos capítulos 2 e 4 de *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* é estruturada pela ideia de surgimento e desaparecimento de sociedades escravistas. É para a macronarrativa ensejada por essa formulação do conceito que voltamos nossas principais críticas e nosso modelo pretende ser uma ferramenta para a construção de uma história da escravidão mediterrânea alternativa a ela. A avaliação dos colegas e seu eventual uso prático em pesquisas sobre a história do Mediterrâneo dirá se ele é uma boa serra, uma pá, ou uma ferramenta inútil.

Nosso modelo se constrói sobre dois pilares centrais – e caso eles não se mostrarem úteis para a reflexão histórica sobre a escravidão antiga, certamente indicarão que nosso modelo precisará ser descartado. O primeiro é a ideia de que existiram formas de escravização diversas na bacia do Mediterrâneo: os sistemas escravistas epicóricos. Eles não são sistemas escravistas mais ou menos genuínos, são sistemas diversos de escravização. Ao longo da história, porém, uma parte considerável deles foi significativamente afetada por dinâmicas de integração que geraram sistemas pancóricos de escravidão – que estamos chamando de sistemas escravistas mediterrânicos. Como Kostas Vlassopoulos aponta em seu comentário, nosso modelo está particularmente interessado em entender os processos de emaranhamento e convergência desses sistemas epicóricos, formando sistemas pancóricos. Nesse sentido, não pretendemos que este modelo seja uma “teoria de tudo” acerca da escravidão antiga. Trata-se de um modelo que busca entender esse processo de integração.

Isso não significa, porém, que se trate de uma teoria sobre como houve um processo de homogeneização das práticas escravistas no Mediterrâneo antigo. O termo “sistema”, que implica partes diferentes e com autonomia relativa, mas articuladas e, em algum nível, formando um todo, é particularmente importante para a elaboração da ideia que queremos apresentar neste modelo. Não estamos propondo que uma escravidão mediterrânea (e muito menos *romana*) se imponha e subsuma por completo essa diversidade de formas de escravização locais, homogeneizando todas em uma forma única de escravização. Pelo contrário, o modelo reconhece a existência dessa diversidade, mas se coloca a pergunta: como elas foram afetadas e transformadas por dinâmicas históricas que iam além delas próprias, que as colocam em conexão e eventualmente em integração com o mundo que ia além de suas fronteiras? Como elas se tornam parte de um sistema escravista maior, do qual elas não são uma miniatura, mas uma parte, uma expressão específica? Trata-se de uma abordagem de certa maneira similar àquela esboçada por Youval Rotman quando pensa as formas de escravidão no Mediterrâneo na longa duração:

A singularidade das escravidões mediterrânicas reside na sua adaptabilidade às mudanças geopolíticas, culturais e sociais da realidade mediterrânea, que formam o seu caráter dinâmico. As escravidões mediterrânicas não podem ser totalmente explicadas se procurarmos uma

única definição para abranger todas elas. O que precisamos procurar são as maneiras pelas quais diferentes formas de escravidões surgiram no Mediterrâneo e as condições sob as quais elas se desenvolveram. No entanto, também precisamos ter em mente que tais condições não estavam necessariamente confinadas ao ambiente mediterrânico, mas também eram determinadas por ligações a civilizações não mediterrânicas (Rotman, 2004, p. 264).

Uma possibilidade analítica que está apontada no artigo, mas não desenvolvida, é aquela da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que pode ser proveitosa para mitigar o internalismo metodológico do conceito de sociedade escravista. Essa teoria, de matriz trotskista, tem sido recuperada em especial no campo de estudo de relações internacionais para superar abordagens mais internalistas e eurocêntricas. Por desenvolvimento desigual e combinado, entende-se que há variações no desenvolvimento interno às sociedades e entre elas, concomitante com diferenciações espaciais entre si; e que as relações internas de uma dada sociedade são determinadas por suas interações com outras sociedades diferenciadas quanto ao seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que essa mesma interação produz combinações de instituições sociopolíticas, sistemas econômicos, ideologias e práticas materiais dentro de dada formação social (Anievás; Nişancioğlu, 2015, p. 44-48). Esta pode ser uma alternativa metodológica para pensar possibilidades de conexão e transformação entre sistemas de escravidão e de trabalho compulsório no Mediterrâneo, juntamente com outras já bem utilizadas.

O par conceitual globalização/glocalização, empregado por Vlassopoulos (2013) para reenquadrar os debates sobre interação cultural no mundo antigo, pode ser útil aqui também. É necessário identificar quais são os processos que fazem certos elementos de formas específicas de escravização se “globalizarem”. Mas tão necessário quanto isso é entender como esses elementos em globalização são glocalizados, isto é, remodelados localmente diante das dinâmicas específicas daquela realidade local. É nesse sentido que consideramos o impacto do imperialismo romano e correspondente difusão de uma cultura jurídica romana. O intuito não foi tanto alçá-lo à condição de determinante principal na conformação das relações escravistas nas províncias, mas apontar um protagonismo provincial em sua leitura e aplicação, como indicam os estudos de caso citados no texto (Salsano, 1998; Czajkowski; Eckhardt, 2018). Seria o caso assim de glocalização do direito romano, cujo impacto certamente variou nas diversas regiões do império a partir de condicionantes locais. Entre os comentários, a contribuição de Airan Borges Oliveira mostra também que as próprias fontes epigráficas, tão importantes para a compreensão das realidades escravistas provinciais nessa dinâmica entre global, local e glocal, já são elas próprias o resultado do processo de globalização-glocalização do hábito epigráfico romano nas províncias ocidentais do Império romano entre os séculos I e III d.C..

Logo, a identificação da diversidade e da variação local nas formas de escravidão no Mediterrâneo antigo não é um argumento contrário ao modelo que apresentamos. Tal diversidade é nosso ponto de partida. A pergunta que colocamos é: essa diversidade é afetada (e não extinta) por processos de integração? Acreditamos que o estado da arte das pesquisas sobre a escravidão antiga nos indicam que a resposta é sim, assim como obras mais recentes sobre a história da escravidão tem apontado nessa direção. Nas palavras de Damian Pargas (2023, p. 2):

Da antiguidade até os dias atuais, a escravidão tem, por definição, conectado sociedades por meio de migrações forçadas, guerras, rotas comerciais e expansão econômica. (...) Abordagens globais e

transnacionais da história focam fortemente no movimento global de pessoas, bens e ideias, com ênfase particular em processos de integração e divergência na experiência humana. A escravidão em vários cenários abrangeu todos esses pontos focais, pois integrou várias sociedades por meio de relações econômicas e baseadas em poder e, simultaneamente, dividiu sociedades por classe, raça, etnia e grupo cultural.

Nosso modelo pretende apresentar, portanto, possíveis ferramentas conceituais para pensar esse processo de contatos, conexões e integrações. Explicitado o que pretendemos com nossa serra, voltemos ao martelo.

Temos acordo com os comentários que buscam retomar em novas bases a importância da ferramenta conceitual “sociedade escravista”, focada em compreender outras questões importantes no estudo da escravidão mediterrânea antiga. Em particular, a proposta apresentada por García MacGaw em seu comentário nos parece bastante interessante. Recuperando as contribuições de Keith Bradley ao tema, ele propõe que o conceito de “sociedade escravista” serve para pensarmos as respostas institucionais que uma sociedade produz para gerir a presença dos escravos em seu seio. Nesse sentido, argumenta García MacGaw, não existem formas mais ou menos genuínas de sociedades escravistas, mas variações infinitas de como se organizam sociedades escravistas na dinâmica da construção de instituições escravistas.

As sociedades escravistas poderiam ser entendidas como a sedimentação de instituições formais e não-formais, nos âmbitos, cultural, social, político e econômico, ensejadas pela existência de sistemas e subsistemas escravistas, epicóricos e/ou pancônicos, no seio de uma determinada comunidade específica. O conceito de “sociedade escravista” serve muito bem para enquadrar análises específicas sobre essas instituições assim como para realizar comparações formais entre diferentes regiões. Apenas argumentaríamos que o estudo dessas sociedades escravistas teria muito a ganhar com a compreensão da dinâmica sistêmica e mediterrânea de transformação dessas práticas escravistas específicas e diversas, que apontaria na direção de uma “comparação incorporada” entre elementos que existem em conexão, como partes diferentes de um mesmo sistema integrado (McMichael, 1990; Marquese, 2019, p. 30-31). São possibilidades alternativas e não oposições, que poderiam inclusive ser usadas em conjunto. Uma grande obra depende do uso coordenado de serras, martelos e muitas outras ferramentas.

TEMPORALIDADES E CRONOLOGIAS DA ESCRAVIDÃO MEDITERRÂNEA ANTIGA

Para além das conexões geográficas, acreditamos que nosso modelo também pode auxiliar na reflexão sobre os estratos de tempo sobre os quais essas instituições escravistas são erigidas. Isto porque outro elemento fundamental do nosso modelo, que também deriva da inspiração na obra de Marquese, é a ideia de que esses sistemas mediterrânicos se constroem sobre uma história, ou seja, se desdobram sobre temporalidades, estratos de tempo, que delimitam, possibilitam e influenciam as dinâmicas dos desdobramentos posteriores, estabelecendo os horizontes de possibilidades para a constituição dessas sociedades escravistas (Marquese; Silva Júnior, 2019; Marquese, 2024). Por isso, como bem sublinha Ferraro em seu comentário, mais do que fases com barreiras cronológicas rígidas ou estáticas, temos processos com dinâmicas históricas específicas e próprias que se sobrepõem historicamente. No mesmo sentido, Leonardo Marques e Waldomiro da Silva Júnior (2024, p. 37-38) afirmam que:

a escravidão formava um sistema histórico, isto é, um conjunto de práticas e relações interdependentes, de duração variada, orientados para a sua autorreprodução. Esse conjunto, ao invés de uma história linear, desdobrasse em diferentes camadas, dando origem a unidades espaço-temporais específicas, singulares, com cronologias e contornos geopolíticos razoavelmente nítidos, mas que não são propriamente etapas ou ciclos puramente sequenciais, uma vez que abrem possibilidades para sincronicidades e combinações assimétricas.

Propusemos a identificação de duas temporalidades na escravidão mediterrânea antiga, isto é, a existência de duas dinâmicas históricas diferentes que ensejam processos de integração, sendo a segunda construída sobre os estratos do tempo sedimentados pela primeira. A isso Lewis chamou de “modelo fásico”. Muitos comentários criticaram, com razão, que uma cronologia rígida deveria ser evitada no desenvolvimento do modelo proposto, pois confere um caráter estático e uniforme ao que chamamos de primeira e segunda escravidão mediterrânea. A partir disso, os comentaristas propuseram pensar outras cronologias e outras “escravidões mediterrânicas”, incluindo períodos anteriores e posteriores, identificando outros momentos pivotais e/ou destrinчhando temporalidades mais específicas. Este aspecto é ressaltado por Lewis ao se perguntar sobre existência da escravidão no Mediterrâneo antes do que chamamos de primeira escravidão mediterrânea e por Vlassopoulos sobre o lugar da escravidão nos dois séculos antes da era cristã no Mediterrâneo ocidental e oriental. García MacGaw igualmente nota que este é um período crucial para se entender a dinâmica da circulação mercantil escravista. Curiosamente, como Ferraro nos conta, a divisão em “duas escravidões” também tem sido questionada para o caso da escravidão atlântica moderna, e acreditamos que as questões colocadas pelos comentários realmente abrem caminho para se destrinchar de maneira mais refinada o número e a cronologia dessas temporalidades da escravidão mediterrânea.

Mais do que fechar questão sobre a existência de duas temporalidades da escravidão mediterrânea antiga, nosso propósito foi chamar a atenção para a existência de temporalidades nessa escravidão. Definições convencionais como escravidão grega, escravidão romana, ou escravidão greco-romana, não dão conta da explicação do desenvolvimento, na longa duração no Mediterrâneo, de formas variadas de escravidão e ao mesmo tempo de um processo de formação de um sistema escravista mediterrânico. Buscamos assim tentar inserir o debate sobre escravidão antiga nas discussões sobre o processo histórico de integração no Mediterrâneo, que articulou as comunidades produzindo sistemas sociais cada vez mais diferenciados, e definindo suas fronteiras sociais e identitárias, a partir de determinantes tanto estruturais quanto de circunstâncias históricas específicas (Horden; Purcell, 2000; Morris, 2003; Guarinello, 2013). Um caminho que se aproxima do modo como concebemos um modelo integrado da escravidão mediterrânea é aquele que foi proposto por Dan-el Padilla Peralta e Seth Bernard (2022) para entender o que chamam de conectividades médio-republicanas, para compreender:

Como o movimento de pessoas, bens e ideias no período republicano médio ajudou a ligar a sociedade romana a um mundo eurasiano mais amplo. Cumulativamente, mudanças na população, assentamento, produção agrícola, atividade comercial, regimes de trabalho e monetização podem ser vistas como índices da economia política emergente que veio a definir a Roma republicana média (Peralta; Bernard, 2022, p. 20).

Pensar a historicidade da escravidão no Mediterrâneo antigo certamente passa pela compreensão desses processos de integração do Mediterrâneo, que vão além do próprio fenômeno escravista em si, como pontua García MacGaw. Vlassopoulos aponta que nosso texto acaba tendo um viés mais geopolítico e jurídico-institucional na apresentação do problema, menosprezando elementos econômicos importantes nesse processo. Suas considerações sobre as grandes casas escravistas (*elite slaveholding households*) e seu papel na estruturação de uma nova fase na história da escravidão mediterrânea são bastante instigantes. Outro elemento econômico importante para se colocar nessa mirada sistêmica mediterrânea é o impacto das cadeias mercantis escravistas sobre os regimes de trabalho existentes em diferentes tipos de atividades econômicas, como mineração e agricultura. Ademais, como pontuado por García MacGaw e já mencionado nessa resposta, é necessário incorporar a agência subalterna como fator no movimento histórico que estamos mapeando de maneira mais sistemática.

Muitos comentários trataram do par conceitual “zona de escravização” e “zona de não-escravização”, estabelecido por Flynn-Paul e que nos foi muito importante para pensar essa questão das temporalidades da escravidão mediterrânea. Apesar de reconhecermos no texto que o Império Romano não foi uma zona de não-escravização perfeita, em uma passagem destacada tanto por Scopacasa quanto por Webster assumimos que na segunda escravidão mediterrânea a circulação de cativos se dava substancialmente por circuitos mercantis de longa distância. Isso remete a um importante debate sobre a demografia da escravidão no Império Romano (Harris, 1994; 1999; Scheidel, 2011), a partir do qual tanto Scopacasa quanto Webster fazem ponderações críticas importantes à nossa formulação. Temos acordo com as considerações de ambos, e é preciso dar um novo tratamento à questão. Um caminho pode ser encontrado na forma como Norberto Guarinello (2010) trabalha o conceito de “fronteira”, que não se restringem às fronteiras territoriais, mas incluem também as fronteiras construídas entre rachaduras internas da sociedade imperial. Se as “zonas de escravização” são pensadas *a priori* nas margens da “zona de não-escravização”, em fronteiras territoriais, nos parece bastante promissor pensar como fraturas sociais internas ao território dessa pretensa zona de não-escravização permitem a criação de verdadeiras zonas de escravização bastante prolíficas.

Um exemplo disso pode ser vislumbrado na fonte analisada por Filipe Noé da Silva em seu comentário. Ele mostra o tráfico interno de pessoas livres escravizadas na África romana a partir da *Epístola 10** Divjak, de Santo Agostinho. Nesse texto somos apresentados a uma dinâmica de rapto, escravização e comércio de pessoas escravizadas em um âmbito interprovincial, mostrando não só a “imperfeição” da zona de não-escravização imperial, mas como zonas de escravização poderiam se estabelecer sobre fraturas sociais em territorialidades específicas do Império. Esse tipo de evidência reforça a observação de Scopacasa de que o conceito de “zona de não-escravização” para a segunda escravidão mediterrânea teria que levar em conta os ritmos da expansão romana, tendo um caráter muito mais fluido e dinâmico, enquanto no caso da primeira escravidão mediterrânea, no contexto das formações das cidades estados no período arcaico, sejam mais evidentes mudanças nas práticas de escravização ligadas às dinâmicas de formação dessas zonas.

Voltando a questões teóricas mais gerais sobre essas temporalidades da escravidão, é importante dizer que nosso uso do diálogo com história da escravidão atlântica não tem por pretensão espelhar a caracterização da segunda escravidão atlântica para aquilo que chamamos de segunda escravidão mediterrânea. Como bem pontuaram alguns comentaristas, a emergência de uma nova temporalidade da escravidão atlântica é ensejada a partir de dinâmicas históricas específicas do mundo atlântico nos séculos XVIII e XIX (desenvolvimento do Capitalismo, Revolução Industrial, crise dos antigos sistemas

coloniais e ascensão do Estado-Nação, Abolicionismo etc.), e, portanto, é historicamente específica. Não é nossa pretensão tentar encontrar seus paralelos no mundo mediterrâneo dos séculos I a.C. e I d.C.. O que buscamos, em primeiro lugar, foi uma inspiração teórico-metodológica que permita reelaborar pontos de partida para a construção de formas, teorias e modelos para pensar uma história da escravidão antiga, que é o movimento fundamental dessa produção historiográfica com a qual buscamos dialogar. Isso significa reconhecer dinâmicas próprias de permanência e transformação que moldam e transformam os sistemas escravistas do Mediterrâneo antigo.

Esse diálogo abre novas possibilidades para reflexões sobre o lugar da escravidão mediterrânea antiga na história global da escravidão, um debate antigo no qual o próprio Finley teve uma contribuição extremamente influente. Como Ferraro aponta em seu comentário, nossa busca por elaborar uma história da escravidão mediterrânea permite pensar em que medida esta estabeleceu estratos do tempo que servem como parte da sedimentação histórica a partir da qual a escravidão atlântica se constrói. Mais uma vez, isso não significa colapsar esses fenômenos escravistas entre si, pressupondo qualquer tipo de permanência estrutural. Significa dizer que a escravidão mediterrânea antiga pode ter sido um dos estratos que estabeleceram os horizontes de possibilidades a partir dos quais a escravidão atlântica se construiu, em um contexto histórico completamente distinto. Em um sentido oposto, pensando a partir do comentário de Lewis sobre a escravidão no Mediterrâneo antes do século IX a.C. e na necessidade de superar os riscos do “mediterranismo”, também é possível pensar o quanto as escravidões mediterrânicas são por sua vez construídas sobre estratos do tempo estabelecidos por sistemas escravistas mais antigos, que vão além do Mediterrâneo e cujo conhecimento nos é muito fragmentado pelos limites impostos pelas fontes (Taylor, 2001).

CONCLUSÃO

Escrevemos um texto para propor um modelo sobre integração dos sistemas escravistas do Mediterrâneo antigo, mas podemos também dizer que escrevemos um texto para contribuir com dois processos de integração nos estudos sobre a escravidão mediterrânea antiga. Em primeiro lugar, uma integração interna, que fortaleça os campos de diálogo e interconexão entre os campos de estudos tradicionalmente estabelecidos em torno das formas “escravidão grega”, “escravidão romana”, e outros. Em segundo lugar, uma integração externa, que sustente o diálogo dos estudos sobre a escravidão no Mediterrâneo antigo dentro do campo mais amplo dos estudos sobre a História Global da Escravidão na longa duração. Ambas as integrações têm uma rica historiografia prévia, sintetizadas na obra pioneira de Finley, e esperamos que o modelo proposto neste debate esteja à altura dessa tradição. Também esperamos que esta resposta aos comentários dos colegas, que gentilmente cederam seu tempo para a realização deste debate e muito nos fizeram pensar e repensar sobre este modelo, aumentem as nossas chances.

REFERÊNCIAS

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism*. London: Pluto Press, 2015.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

- BURNARD, Trevor. *Writing the History of Global Slavery*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- CARROLL, Maureen. "The Insignia of Women": Dress, Gender and Identity on the Roman Funerary Monument of Regina from Arbeia. *Archaeological Journal*, v. 169, n. 1, 2012, p. 281-311.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*. New York: Oxford University Press, 1994.
- CZAJKOWSKI, Kim; ECKHARDT, Benedikt. Law, Status and Agency in the Roman Provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.
- DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L.; MARQUES, Leonardo. A morfologia histórica do escravismo Atlântico. In: MARQUESE, R. de B.; PIMENTA, J. P.; MORELI, A.; SOARES, R. G. (eds.). *Sistemas, tempos e espaços: Lab-Mundi em dez anos de fazer historiográfico*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2024, p. 36-48.
- FINLEY, Moses I. Generalizations in Ancient History. In: FINLEY, M. I. *The use and abuse of History*. London: Chatto and Windus, 1975.
- FINLEY, Moses I. *Ancient History. Evidence and Models*. New York: Viking, 1986.
- FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.
- GRENDI, Edoardo. Micro-analisi e storia sociale. *Quaderni storici*, v. 35, n. 2, 1977, p. 506-520.
- GUARINELLO, Norberto L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, 1, 2010, p.113-127.
- HARRIS, William V. Child-exposure in the Roman Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 84, p. 1-22, 1994.
- HARRIS, William V. Demography, geography and the sources of Roman slaves. *Journal of Roman Studies*, v. 89, p. 62-75, 1999.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. São Paulo: Editora Record, 2000.
- MARQUESE, Rafael de B. A escravidão moderna como problema historiográfico. In: MENONCELLO, A. M.; GARAY, R. G.; CEZAR, T.; GUTERRES, T. da C. (org.). *Problemas de historiografia antiga e moderna: Estudos e discussões em tempos de pandemia*. Vitória: Editora Milfontes, 2024, p. 307-336.

MARQUESE, Rafael de B. A História Global da Escravidão Atlântica: Balanço e Perspectivas. *Esboços*, 26(41), p. 14-41, 2019.

MARQUESE, Rafael de B.; DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 11, n. 28, p. 44-81, 2018.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

McMICHAEL, Philip. Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method. *American Sociological Review*, v. 55(3), p. 385-397, 1990.

MILLER, Joseph. *The Problem of Slavery as History: A Global Approach*. Yale: Yale University Press, 2012.

MORLEY, Neville. *Theories, Models, and Concepts in Ancient History*. New York: Routledge, 2004.

MORRIS, Ian. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.

PARGAS, Damian. Introduction: Historicizing and Spatializing Global Slavery. In: PARGAS, D.; SCHIEL, J. (eds.). *The Palgrave Handbook of Global Slavery throughout History*. Cham: Palgrave Macmillan, 2023, p. 1-16.

PERALTA, Dan-el Padilla; BERNARD, Seth. Middle Republican Connectivities. *Journal of Roman Studies*, v. 112, p. 1-37, 2022.

ROTMAN, Y. Forms of Slavery. In: HORDEN, P.; KINOSHITA, S. (eds.). *A Companion to Mediterranean History*. Malden: Wiley, 2014, p. 263-278.

SALSANO, Debora. *Manumissio vindicta* in ambiente provincial: Problemi e proposte. *Chiron*, 28, p. 178-185, 1998.

SCHEIDEL, Walter. The Roman slave supply. In: BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (org.). *The Cambridge world history of slavery*, volume 1: the ancient Mediterranean world. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011, p. 287-310.

TAYLOR, Timothy. Believing the ancients: Quantitative and qualitative dimensions of slavery and the slave trade in later prehistoric Eurasia. *World Archaeology*, 33:1, p. 27-43, 2001.

TRIVELLATO, Francesca. Is there a future for Italian Microhistory in the age of Global History?. *California Italian Studies*, 2(1), 2011.

VLISSOPOULOS, Kostas. *Greeks and barbarians*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2013.

VLISSOPOULOS, Kostas. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

VOGT, Joseph. The structure of Ancient Slave Wars. In: *Ancient slavery and the ideal of man*. Translated by Thomas Wiedemann. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press, 1975, p. 39-92.

WEINSTEIN, Barbara. História sem causa? A nova história cultural, a grande narrativa e o dilema pós-colonial. *História (São Paulo)*, 22, nº 2, p. 185-210, 2003.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Fabio Duarte Joly: Doutor. Professor Titular. Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Mariana, MG, Brasil. Rua do Seminário, s/n, 35420-087, Mariana, MG. Brasil.

José Ernesto Moura Knust. Doutor. Professor EBTT. Instituto Federal Fluminense, Macaé, RJ, Brasil. Rodovia Amaral Peixoto Km 164, Imboassica, 27932-050, Macaé, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua do Seminário, s/n. – Centro, 35420-000, Mariana, MG, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Este artigo teve origem em discussões no âmbito do grupo de pesquisa Mithra-Laboratório de História Global (UFSC) e no projeto de pesquisa SlaVEgents: enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE. Versões preliminares foram apresentadas no ciclo de Seminários da Linha Terra, Trabalho e Poder, PGH/UFRPE, em 2021, no V Encontro do GT de História Antiga e Medieval, Anpuh/SC, em 2023, na V Jornada de Investigación sobre Sociedades Precapitalistas, CESP/UNLP, também em 2023, e em palestra no PPGH-UFAM/Laboratório de História Cultural- LEHC, em 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos os comentários a versões anteriores do texto por Uiran Gebara da Silva, Fábio Augusto Morales Soares, Waldomiro Lourenço da Silva Jr., Rafael de Bivar Marquese, Kostas Vlassopoulos, Joana Campos Clímaco e Átila Augusto Vilar de Almeida.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção do estudo, coleta de dados, análise dos dados, discussão de resultados, revisão e aprovação: Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust.

FINANCIAMENTO

Pesquisa para este artigo foi realizada no âmbito do projeto SlaVEgents - enslaved persons in the making of societies and cultures in Western Eurasia and North Africa, 1000 BCE-300 CE, financiado por um Advanced Grant do European Research Council (Grant Agreement no. 101095823) concedido a Kostas Vlassopoulos como pesquisador principal (Institute for Mediterranean Studies, IMS – Foundation for Research and Technology Hellas, FORTH).



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Fábio Duarte Joly e José Ernesto Moura Knust. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 26 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 27 de janeiro de 2025.

Como citar: JOLY, Fábio D.; KNUST, José E. M. Limites e possibilidades de um modelo para o estudo da escravidão no Mediterrâneo antigo. *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 57, p. 519-538, 2024.